

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 151 -B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, a Lei n.º 37/2017 de 2 de junho tornou obrigatória a avaliação de impacte ambiental nas operações de prospeção, pesquisa e extração de hidrocarbonetos.

No artigo 4.º da referida lei (37/2017 de 2 de junho) ficou estabelecida a criação de uma Comissão Técnica de Acompanhamento que tem por missão:

- “a) Assegurar o acompanhamento da execução dos contratos respeitantes à prospeção, pesquisa ou extração de hidrocarbonetos;*
- b) Garantir a troca de informação entre as várias entidades intervenientes nos processos de avaliação ambiental e de gestão contratual;*
- c) Acompanhar genericamente a aplicação do regime jurídico das atividades de prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo e emitir recomendações, incluindo em termos de transparência e disponibilização de informação ao público.”*

O número 2, do artigo 4.º da Lei n.º 37/2017 estabeleceu os elementos constituintes da referida comissão técnica, nomeadamente:

- “a) Um elemento da Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E. P. E., (ENMC, E. P. E.), ou entidade que a ela suceda nas suas competências, que preside;*
- b) Um elemento da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.);*
- c) Um elemento da entidade com competência na autorização de utilização do espaço marítimo;*
- d) Um elemento em representação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), a designar em regime de rotatividade;*
- e) Três elementos com reconhecida capacidade técnica e experiência profissional em matéria de acompanhamento ambiental de contratos, previstos no Decreto -Lei n.º 109/94, de 26 de abril.”*

O ponto 3 do referido artigo permitiu ainda que a comissão técnica possa “recorrer a peritos de

reconhecida capacidade técnica e experiência profissional ou entidades relevantes em função das matérias suscitadas no quadro da sua atuação”.

A Agência Portuguesa do Ambiente dispensou de estudo de impacto ambiental a prospeção de petróleo ao largo de Aljezur pelo consórcio Eni/Galp Agência, contrariando recomendações da Assembleia da República.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais os deputados signatários vêm pelo presente requerer, através de V.^a Exa, ao Senhor Ministro do Ambiente e ao Sr. Ministro da Economia que seja cumprido o Artigo 4.º da Lei n.º 37/2017, nomeando, com carácter de urgência, a Comissão Técnica de Acompanhamento de avaliação de impacte ambiental nas operações de prospeção, pesquisa e extração de hidrocarbonetos em Portugal.

Palácio de São Bento, 17 de maio de 2018

Deputado(a)s

LUÍS GRAÇA(PS)

JAMILA MADEIRA(PS)

FERNANDO ANASTÁCIO(PS)

ANA PASSOS(PS)